

A questão do poder numa perspectiva cultural



Procurar entender o significado das palavras proteridas pelo Presidente Samora Machel durante a tarde de quinta (24) e manhã de sexta-feira (25) do passado mês de Maio, no Estádio 25 de Setembro, em Nampula, significa ter-se de mergulhar na realidade cultural dos grupos linguísticos que constituem o gérmen da Nação moçambicana. Realidade que se apresenta como se fosse um mosaico matizado de mil cores e diferentes tonalidades, sobrepondo-se umas sobre as outras mas em constante alteração. Logo, necessariamente, num permanente conflito de culturas e civilizações milenárias, com seus valores éticos, estéticos e morais, no seio de cada grupo linguístico e entre os próprios grupos linguísticos. É esta disparidade de valores, este conjunto de homens — pretos, brancos, asiáticos — com uma diferente visão do mundo e da vida, que constituem o todo social em que, em última análise, se insere o camponês e o homem da cidade, o homem da charrua e o homem do tractor.

Estes diferentes valores que o homem moçambicano hoje carrega, reflectem-se necessariamente nos diferentes sectores onde ele exerce a sua actividade. Assim, a defesa da Pátria e da Soberania, da Integridade Territorial, da Revolução, do desenvolvimento económico, da igualdade e da justiça, que constituíram objectivos da Luta Armada de Libertação Nacional e conquistas do Povo mo-

çambicano, não são ainda sentidos como objectivo comum, como objectivo nacional.

Nesta perspectiva, importa, pois, entender o discurso do Presidente Samora Machel como lição de política, de educação cívica e de ética e organização social, mas também como lição de patriotismo e de nacionalismo, impregnada de valores culturais e que aponta no sentido da construção do Homem moçambicano, forjado nesse laboratório que foi Nachingwea e temperado no combate, na disciplina imposta pela guerra e no contacto diário com o povo donde provinha e onde vivia permanentemente mergulhado.

Mas, «hoje, não temos Nachingwea. Não temos centros de preparação político-militar. Por isso, não temos a forja do Homem Novo. Por isso, não há combate sério contra o tribalismo, o racismo, o regionalismo», como afirmou o Presidente Samora Machel no comício realizado em 5 de Novembro de 1981, em Maputo, ao desencadear a Ofensiva Política e Organizacional a nível das Forças de Defesa e Segurança.

COMPREENDER NACHINGWEA

Nachingwea é, pois, bem mais do que um ponto de referência. É o ponto de partida na formação do combatente que ia à luta armada mas também o laboratório onde se produziu a síntese cultural, a nova cultura de que o guerrilheiro era o agente difusor.

E, aqui, cultura significa a aquisição de novos conhecimentos científicos, o modo de vida, a nova consciência, o método de trabalho e a ligação com o povo.

Esta cultura que se ramificou nas Zonas Libertadas, não veio a penetrar, depois da Independência Nacional, com a necessária profundidade nas zonas anteriormente ocupadas, especialmente do Aparelho do Estado e nas Forças de Defesa e Segurança. Diluiu-se no contacto com os valores culturais da sociedade tradicional-feudal e colonial-capitalista. Foi submergida, em certos casos corre o risco de se perder.

Os moçambicanos que se juntavam à FRELIMO, durante a Luta Armada, passavam todos por Nachingwea: era o filtro e o molde das consciências.

Todo o moçambicano que se juntava à FRELIMO, a primeira coisa que fazia era o treino político-militar. Daí, seguia então para as suas diversas especialidades. Podia vir a ser professor ou enfermeiro ou médico — mas antes, passava pelo treino político-militar.

Não acontece hoje.

Aqueles que eram enviados para tirar curso no exterior recebiam treino antes de irem e depois de voltarem, para se readaptarem.

O treino político-militar era a forja da unidade nacional, do pensamento comum, da consciência patriótica e de classe. Entrávamos lá macondes, macuas, nianjas, nhúnguês, manicas, changa-

nas, ajáuas, rongas ou senas, saíamos moçambicanos.

Entrávamos pretos, brancos, mulatos, indianos, saíamos moçambicanos (1).

GARANTIR O EXERCÍCIO DO PODER

A não valorização das experiências da Luta Armada, veio a permitir que o preenchimento de lugares no Aparelho do Estado se fizesse com base na cor da pele ou da tribo. Para as Forças de Defesa e Segurança entram elementos possuídos de valores negativos. Para a Polícia e os Serviços de Segurança, elementos sem passarem pelo exército. Então, prende-se com base na cor da pele, ou não se prende por solidariedade tribal. O poder fica diluído, é exercido para benefício pessoal, deixa de ser Popular, o povo fica sujeito a arbitrariedades e prepotências, à arrogância de elementos que envergam uma farda sem compreenderem que ela representa o sacrifício de dez anos de luta, que existe para que o povo viva e trabalhe em liberdade e com segurança.

O branco de origem humilde, que na escola foi humilhado pelo filho do senhor doutor, hoje, se está na Segurança, tem satisfação em prender, em humilhar aquele que o humilhava em criança;

O mulato, que agora é agente da PIC, aproveita para se vingar da família branca, ou mulata mais rica, que não lhe permitiu casar com a moça de quem ele gostava;

O preto que agora está na PPM, gosta de prender o branco ou o indiano, para lhe mostrar que já é gente, que já tem poder. Quer vingar-se dos ódios, dos recalamentos, das humilhações sofridas.

Entre os pretos, que hoje estão na Polícia ou nas Milícias surge também o problema do tribalismo. Se é do Sul, prende o do Norte ou do Centro, só para lhe mostrar a sua superioridade tribal.

Mas deixa ficar impune o verdadeiro criminoso, porque é da sua tribo, porque fala a mesma língua natal (...) (1).

Ora, neste contexto, o que se pode verificar é que devido aos comportamentos errados, corre-se o risco de o Aparelho do Estado deixar de cumprir a sua função que é a de materializar a política do Partido, cuja forma de aplicação compete ao Governo estudar. E este estudo, como forma de garantir o exercício do poder, passa pela atribuição de tarefas concretas a cada cidadão, pela responsabilização na execução das mesmas, aos diferentes níveis.

A atribuição de tarefas concretas a cada cidadão, o princípio da prestação de contas, são também conquistas da Luta Armada, são a garantia de que o poder é exercido pela maioria e em seu benefício.

A falta de respeito pelos interesses da maioria, das largas massas, constituiu desde sempre uma violação dos princípios mais caros à FRELIMO, como afirma o Presidente Samora Machel.

Não podemos nunca tolerar que um militante nosso ouse utilizar o poder ou a arma que lhe foram confiados para servir o povo, para cometer qualquer violação dos interesses do Povo, por mínima que seja. Devemos ser intransigentes perante qualquer liberdade tomada com as mulheres e abuso dos bens do Povo, ou qualquer injustiça cometida contra as populações. Isto é parte integrante da nossa linha, da nossa disciplina, e condição indispensável para que as massas possam sempre distinguir sem hesitação, as nossas acções das do inimigo. (2)

COMO NO TEMPO DA LUTA ARMADA

No período da Luta Armada de Libertação Nacional, o Comité Político-Militar reunia nas Zonas Libertadas e comunicava as decisões para o Povo. Da mesma forma, o comício de Nampula que se seguiu à reunião do Bureau Político realizada naquela capital provincial, insere-se nessa tradição

de ir ao povo «para analisarmos a situação e definirmos as medidas a tomar» (1). E, a ida a Nampula foi não apenas para discutir os problemas de Nampula, mas «para discutir profundamente a vida do Povo inteiro, a vida do Partido», «a vida dos membros do Bureau Político».

É neste contacto permanente com o povo, na discussão pública dos erros, que assenta a defesa da democracia política e se manifesta a confiança nas massas, condições que garantem o correcto exercício do Poder.

«Os erros cometidos, individuais ou colectivos, as violações da nossa linha e da nossa disciplina devem servir-nos para nos educar. As lições tiradas dos erros devem ser discutidas pelas massas para que elas adquiram a nossa experiência. As violações da linha e as agressões contra a nossa disciplina devem ser objecto de discussão e crítica pública das massas. Fazendo assim, por um lado utilizamos os erros para aprofundar a nossa consciência política, e por outro lado entregamos às massas a defesa da linha e da disciplina, que é a sua propriedade» (2).

E, naturalmente, este profundo respeito pelo Povo, desde sempre manifestado, porque sem o Povo não podia existir a FRELIMO, sem o apoio e os sacrifícios do Povo não teria sido possível vencer a guerra, alcançar a Independência Nacional, instaurar o Poder Popular.

Luís David

(1) — Samora Machel — «Desalojemos os infiltrados nas Forças de Defesa e Segurança», comício de 5 de Novembro de 1981.

(2) — Samora Machel — «Estabelecer o Poder Popular para servir as massas», texto resultante das discussões realizadas durante a ofensiva organizacional num centro educacional, a partir de Novembro de 1971.